

EDITORIAL

Apresentamos com satisfação mais um número da Revista *Lumen Veritatis* em que estão recolhidos artigos focalizados na área da moral e também, o último, da práxis jurídica da Igreja, relativa à canonização dos santos.

Abre a lista um artigo sério, profundo e criativo do Prof. Guillermo León Zuleta, já membro da Comissão Teológica Internacional e docente de Teologia da *Universidad Pontificia Bolivariana*, de Medellín, em colaboração com a Prof. Martha Lucía Ovalle Pinzón, EP, doutoranda em Filosofia pela mesma Universidade. O tema é controverso, sem dúvida, e de crucial importância para os tempos de relativismo ditatorial e de anti-humanismo nos quais vivemos. Seu título é já indicativo: “*Lei natural y sufritiva: aportes para un diálogo renovado sobre la eutanasia*”.

Os Autores apresentam com agudeza e competência os argumentos filosóficos de inspiração católica sobre a inviabilidade da eutanásia como opção humana. Primeiramente, mostra-se a limitação da bioética e das ciências naturais, se consideradas as únicas autoridades que podem embasar as decisões normativas sobre a eutanásia. Em seguida, explica-se a pertinência e relevância do direito natural, que existe de forma implícita em diversas instituições sociais contemporâneas; e também é defendido por correntes do pensamento filosófico e ético, revitalizando, em decorrência, o debate sobre a bioética. A seguir reflete-se sobre a questão do sofrimento, abordada sob dois aspectos: a impossibilidade de uma criatura contingente e racional não sofrer, e a abordagem do conceito de sofrimento, formulado por Plínio Corrêa de Oliveira, como contributo inédito no diálogo bioético sobre a eutanásia.

Do respeito e da luta pela inviolabilidade da vida humana desde sua concepção até a sua natural extinção, passa-se ao campo das virtudes, e de modo particular ao da humildade. Sempre guiados pelo luminoso pensamento e o bom exemplo do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira: com base em seus ensinamentos, o Prof. Carlos Javier Werner Benjumea, EP, e o Bacharel Felipe da Silva França, apresentam um estudo a respeito da virtude da humildade concebida e vivida por esse ilustre pensador católico no sulco da sacrossanta tradição católica.

Com efeito, a origem das crises que assolam o mundo hodierno reside, sobretudo, no coração de cada homem, estendendo-se depois para a sociedade, em seus diversos campos de ação. Os seres humanos são motivados a agir ora pelo amor a Deus, ora pelo amor a si próprios. Para versar acerca dessa constante luta,

com o foco especialmente assestado no vício do orgulho, os Autores propõem uma visão sobre o contraste entre o orgulho e a despreensão. Conforme apontará Dr. Plínio, o dilema crucial de todo católico em busca da santidade cifra-se nessa batalha contra o falso amor-próprio na obtenção da humildade, “mãe de todas as virtudes”.

No último artigo, com um toque ligeiramente apimentado e sabor de polêmica, o Prof. Leonardo Miguel Barraza Aranda, EP, trata sobre a liceidade de venerar fotografias, relíquias e objetos pertencentes a fiéis falecidos em fama de santidade, mesmo antes de a Igreja iniciar o processo de beatificação. E, para deitar mais luz sobre o assunto, ilustra as noções teóricas extraídas da moral e da praxe multissecular das canonizações na Igreja; traz à colação o conturbado processo de canonização de uma bem-aventurada entre todas pacífica e cândida, como foi Santa Teresa de Lisieux. Desde uma perspectiva pouco estudada, o Autor analisa os fundamentos teológicos e jurídicos que atualmente regem os processos canônicos responsáveis por elevar à honra dos altares os fiéis defuntos com fama de santidade.

No artigo pretende-se responder algumas questões-chave muito atuais, tendo em vista a proliferação de fiéis falecidos com fama de santidade venerados antes do processo de canonização ter sido concluído e, por vezes, até mesmo iniciado. É lícito invocar a intercessão desses fiéis defuntos, servindo-se de suas fotografias, relíquias e outros objetos pessoais, antes de se iniciar o processo de beatificação? Pode-se qualificar dita devoção como um “culto à personalidade”, desviado da doutrina católica? Qual é o significado canônico do chamado “culto público”, que a Igreja só tributa aos Santos e Beatos? Qual é o significado canônico de “culto privado”? Para ilustrar as respostas a essas questões candentes, o Autor recordará os ensinamentos que nos transmitem as “*animadversiones*” do *Processo Ordinário* (1914) e do *Processo Non Cultu* (1916) contra a beatificação de Teresinha do Menino Jesus.

Eis um trabalho do mais alto interesse para quem, sem culpa e de modo farisaico, pretende impedir os fiéis de seguirem seu instinto sobrenatural que os leva a cultuar os bem-aventurados antes mesmo do juízo da Igreja, muito embora sem pretender antecipar-se a este ou supri-lo.

Finalmente, o Bacharel João Paulo de Oliveira Bueno nos oferece uma tradução fidedigna de um Sermão de Achard de São Vítor, pronunciado pelo grande orador no Domingo de Ramos.